

LIVRO

Mulheres são maioria dos deficientes

A maioria dos portadores de deficiência no país mora em área urbanizada, tem até três anos de escolaridade, é mulher e quase a metade deles (48%) ocupa a posição de chefe de família. No Brasil, 24,5 milhões de pessoas são portadoras de algum tipo de deficiência, incluindo física e mental, o que representa 14,5% da população em 2000. Esse dado inclui também as pessoas que se declaram incapazes de ouvir, enxergar e andar. Esses dados fazem parte do livro "Retratos da Deficiência no Brasil", lançado ontem em Brasília.

Pela primeira vez, uma publicação reúne informações de vários setores -saúde, educação, trabalho- relacionadas aos portadores de deficiência. "A principal característica da pesquisa é abordar tipos e graus de deficiência combinados com uma variedade de atributos sociodemográficos e políticas associadas ao setor", diz Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e responsável pelo trabalho. Produzida em parceria com a Fundação Banco do Brasil, a publicação utilizou números do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e de vários ministérios.

Desvantagens

Se comparado à média da população brasileira, o portador de deficiência tem desvantagem principalmente em dois setores: renda e escolaridade. A renda do trabalho dessas pessoas é R\$ 100 menor que a média geral -R\$ 529 contra R\$ 628-, mesmo tendo jornada semelhante. O agravante é

que o portador de deficiência tem mais dificuldade para obter uma vaga. Por isso, a pesquisa aponta a necessidade de políticas de assistência social e de apoio à família.

A legislação em vigor garante um salário mínimo mensal às pessoas com deficiências que tenham renda familiar per capita inferior a R\$ 60 (o que representa um quarto do mínimo). Isso é um dos pontos que explica o fato de 52,46% dessas pessoas se declararem inativas. Apenas 19,12% são empregados (com ou sem carteira assinada) e 12,14% trabalham por conta própria ou empregam alguém.

Cotas

Existe ainda a lei de cotas, vigente desde 1999, que reserva de 2% a 5% das vagas em empresas com mais de cem funcionários aos portadores de deficiência. O trabalho de Neri aponta que essa lei não é cumprida. "Os dados mostram que há não só barreiras físicas para essas pessoas por causa da infra-estrutura como também sociais. O trabalho pode ajudar a romper as barreiras sociais geradas pela falta de informação", diz Dulcejane Vaz, diretora da área de saúde a Fundação Banco do Brasil, patrocinadora do estudo.

Quanto à escolaridade, as pessoas com deficiência tem, em média, um ano a menos de estudo em relação ao total da população. A taxa dos que nunca frequentaram a escola é de 21,6%, enquanto a média é de 16,3%. Além disso, pessoas com deficiência concluem com menor frequência as séries nas idades previstas e muitas vezes interrompem o processo educacional.